

Nem tão rural tampouco muito urbano: um pouco do mundo rural no Meio-Oeste catarinense

André Luís Zanotto

andre_zanotto@yahoo.com.br

Resumo: Enquanto agricultores vinculam-se acima de tudo com o trato da terra e seu principal desdobramento no efeito de se alimentar, a partir de 1950, de um modo geral se acelera o processo de modernização do campo no meio oeste-catarinense. Pairando na área rural de Concórdia, entende-lo, partindo dele e se juntando com duas propostas que, de qualquer maneira, debatem-se com o capitalismo, é possível mostrar alguns aspectos deste desenrolar. No entanto, vale-se desta construção histórica para se apontar um modo de vida rural em transformação, sortido, na medida em que não se tem modificado plenamente.

Palavras-chave: agricultura, modernização, modo de vida.

Title: Neither rural nor urban: a little about the rural world in the middle west of Santa Catarina

Abstract: While peasants join with their lands and seek for elementary alimentation and their survival, since 1950, the modern process around productive fields on the middle west of Santa Catarina accelerate. Here, focusing on rural space of Concórdia, understand that model and connect with two development projects around this rural area while discuss with capitalism, is possible shown or list some aspects about this link. Nevertheless, comprehend this history to indicate one rural life model in transformation, plural, as long as this modification hasn't been absolute.

Key-words: agriculture, modernization, life's behavior.

Antes dos argumentos, vale relevar que este ensaio rabisca mais perguntas que afirmações, porque reúne um historiador de certa forma desprovido da experiência a respeito dos debates historiográficos competentes acerca dos camponeses no Brasil, verificável no pequeno monte das referências dele. Mas o que vem ao leitor é no mínimo uma espécie de descabamento cuidadoso, enquanto repetição de alguns autores e desvios momentâneos. Pois bem,



Aqui, trata-se de encaixar alguns nexos que englobam o desenvolvimento da produção agropecuária, seu princípio comerciável e sua fase nem tão tardia de agroindustrialização, lupando as engrenagens que sustentam a fabricação de mercadorias e seus desfechos alienantes históricos.

Com efeito, história é mudança, desvio, cova, bem longe de eternidade. Portanto, é referindo-se as novas nuvens que precipitaram-se no mundo rural do meio-oeste catarinense que essa modernidade é regada.

No entanto, não é preocupação neste estudo dar atenção às relações históricas de trabalho, de democracia e de liberdade na multidão sudorípara das fábricas e silos que brotavam incipientes a partir da década de 40 do século XX. Tampouco abordar de forma antagônica o confronto rural/urbano. Não obstante, vale em outra ocasião fazer o exercício entre o crescimento das cidades e a produtividade rural, já que homens e mulheres urbanos muitas vezes esquecem que por detrás do saracotear dos piches da cidade há chiqueiros, aviários e lavouras.

Sem rejeitar ou se opor às principais características do capitalismo nascente, mesmo porque estas não estavam polidas e perceptíveis no alvorecer da década de 40, a agricultura de base familiar, naquele espaço até então colossalmente rural, foi aos poucos se entranhando com o crescimento do comércio e mais recentemente com o desfétido agrobusiness, participando da sua maneira na construção da galáxia agroindustrial Sadia S.A e da montanha agropecuária Copérdia (Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia)¹.

Com o passar dos anos, defronte destas volumosas mediações e se quiseres à possibilidade social, dar-se-á importância à condição humana construída por duas propostas de desenvolvimento e enfrentamento da realidade: o que destaca-se são as porções das trajetórias delas bem como suas ferramentas. Elas trazem elementos fragmentadores e anomizadores do trabalho social e qualidades mecanicistas e alientantes, embora eventualmente também probabilidades participativas, das quais política e economia não desatrelam-se.

Neste debruçamento, não se resume e não é pertinente usar o termo participante enquanto possibilidade de participação soberana do povo nas deliberações das práticas sociais como, por exemplo, no ato e efeito de votar, ser partidário ou escolher um regime de governo para um Estado pretensamente nacional, coletivo, universal e igualitário. Todavia, com as

¹ Mesmo que possa perturbar os tímpanos e a compreensão de alguns usa-se freqüentemente, para não dizer abusa-se, palavras em condições de metáforas, às vezes relinchando ambíguas, pelo fato da capacidade de aproximação da realidade e pelo estímulo ao movimento, sem criar meandros interpretativos a partir dos leitores.



ventanias do tempo, os agricultores de um modo geral têm sido representados, talvez caricaturados, em instâncias políticas maiores, como o Senado, a Câmara Federal, Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores. No entanto, aproximar-se-á da idéia participantes no sentido de relações mais diretas, mais sensíveis e efetivas, isto é, por medidas em quais os trabalhadores do campo relacionam-se ao já pejorativo Sistema de Integração da Sadia S.A e ao celebrado Sistema de Cooperados/Associados da Copérdia, enquanto atores sociais.

Vislumbra-se desta forma o produtor/criador lavrando e tratando animais para os respectivos sistemas e também, pensando no limite, para si, para o seu modo de vida, para a sua cosmovisão.

Esse alvo é importante pelo fato da análise aterrissar e, supõe-se, indicar a verificação de categorias de vivências –graus participativos- entre sujeitos históricos num mesmo terreno, participantes da mesma história, que por sua vez armam-se em arcabouços sociais, ou seja: pode-se participar dum mesmo processo de maneiras diferentes, embora o rumo pode ser um delta. Logo, borboleteia-se pela agricultura de base familiar e pela modernização do campo como tórax da pesquisa.

Para falarmos dos arranjos das propriedades produtíveis, intensamente após, é importante recuar ao processo de ocupação do solo que segue as reivindicações e ações do movimento dos sertanejos do Contestado. Um dos ingredientes que guiaram historicamente o combate sertanejo foi a condição das terras no planalto catarinense, caminho de tropas, espaço onde “as áreas variavam de 5 mil a 20 mil hectares, reproduzindo no planalto serrano o mesmo padrão latifundiário dominante no Brasil”², ao passo que “a precarização do acesso a terra é devido ao crescimento da atividade de grilagem dos criadores sobre os lavradores”³, exalando e empurrando muitos posseiros sem condições de legalizaram-se à outros recantos da fronteira.

Uma das regiões vizinhas ao planalto serrano atravessa o vale do rio do peixe e as cercanias de Concórdia (mais ou menos o espaço geográfico da pesquisa): assim a conformação dessa área arranja-se cobiçosamente das conseqüências da luta cabocla e, todavia também com caboclos, ao avesso do planalto ela não se aproxima quanto à forma de organização e dimensão das propriedades, cuja conjuntura não garantiu que suas histórias tomassem rumos perpendiculares.

² MACHADO, Paulo Pinheiro. Lideranças do contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas, Editora da Unicamp, 2004.p. 74.

³ *Ibidem*, p. 75.



Apesar disso, não há dúvida que as terras do meio-oeste, sobretudo após o desfecho dos combates, sofreram um processo de assalto constitucional por parte da Brazil Railway Company (organização licenciada para a construção da estrada de ferro São Paulo/Rio Grande) cujo “objetivo era preparar este território adjacente para a exploração de madeira e venda de terras a imigrantes estrangeiros ou a filhos de colonos já nascidos no país”, aliás nesse abraço nada amigável “valeu-se dum contingente armado”⁴. Portanto, mesmo às vezes apresentando-se de forma indireta, não se deve exonerar da memória, criando apenas uma história feita por colonizadores gringos onipotentes, o papel que o Estado Brasileiro e Estadual se fez borbulhar no contexto de colonização e desenvolvimento do Oeste Catarinense.

Nestas disputas iniciais de mais ou menos 15 km dos lados da ferrovia, a Brazil Development and Colonization Company, sucursal da Brazil Railway Company, comprometeu-se em “assinar em 07 de janeiro de 1922 um contrato com o Governo de Santa Catarina” e “colonizar dentro de 15 anos” uma titânica área, já catarinense, com lotes “conhecidos por Rio Engano, Xaçepó, Peperi-Guassu-Xaçepó e Rio Saudades”⁵ entre outros. O que pode-se verificar pelas sugestões das áreas é o fato delas ultrapassarem kilometricamente os 15 km pressupostos através do exame dos nomes dos lotes referirem-se hoje ao município de Chapecó e Saudades, para lá do horizonte. Ah, observa-se um tabuleiro de presentes.

Pois bem, o manusear da venda de terras transferiu a colônia de “Rio Engano [região de Concórdia] à Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons e Cia”⁶, que priorizou a colonização vendível em “instituição de regime de pequenos proprietários, variando os lotes de 8 a 15 alqueires paulistas”⁷, pedaços entre 20 e 40 hectares. Um dos traços que a historiografia tropeça é a permanência ou as crateras desse padrão inicial.

Através da leitura *Concórdia: o rastro de sua história*, pesquisa com fontes sortidas como jornais, fotos, bibliografia contemporânea a fundação formal do município em 1934 e entrevistas, constata-se o enobrecimento do trabalho dos pioneiros agricultores nas lavouras e criações cotidianas. Como obstáculos, tem-se como consensual a precariedade das vias de locomoção, atalhos e piques, além de reclamações por melhorias que pairam sobre os discursos daquele tempo. Indícios que apontam para um recrudescimento comercial. O autor

⁴ Ibidem, p. 148.

⁵ FERREIRA, Antenor Geraldo Zanetti. *Concórdia: O rastro de sua história*. Concórdia. Fundação Municipal de Cultura, 1992. p. 46-47

⁶ Ibidem, p. 47.

⁷ Ibidem, p. 72.



mostra-nos evidências da comercialidade de alguns excedentes. Num primeiro momento, recorre-se às estações ferroviárias da estrada de ferro que trilha e divide o Estado de Santa Catarina entre mais ou menos Oeste e Leste, e enquanto isso: “os produtos produzidos em Concórdia e comercializados em Marcelino Ramos originavam-se das colônias, onde eram recolhidos por carroças e transportados em sacarias, tendo como destino final Porto Alegre e principalmente São Paulo, através da ferrovia”⁸.

A estrada de ferro perpassava hoje os municípios de Luzerna, Joaçaba, Herval do Oeste e Piratuba, aliás outros, e suas paragens/estações produziram espaços sociáveis onde se erigiu as primeiras e mais robustas casas comerciais do meio-oeste.

A ligação entre aqueles pequenos produtores de excedentes e as casas comerciais nascentes, de acordo com Carlos José Espíndola em *As Agroindústrias no Brasil: o caso Sadia*, “impulsionava a diferenciação social no seio do complexo rural e resultava no aumento da pequena produção mercantil (via ocupação do Oeste Catarinense) e na possibilidade de ascensão social”⁹, já que elas compartilhavam com o abastecimento de produtos rurais direcionados a alguns frigoríficos estrangeiros em São Paulo.

Embora alguns desses produtores rurais provavelmente não conseguiram manter constante a produção mercantil agropecuária e não mantiveram essa relação básica de intermediação, alguns comerciantes como Saul Brandalise (tutor da Perdigão) e Atílio Fontana (tutor da Sadia) engordaram economicamente e mais tarde politicamente.

Ora, o que se tem entendido pela prodigiosa e exaltada agricultura familiar no meio-oeste, produtora daqueles produtos agrícolas? Ou melhor, como ela vem se estruturando cara a cara com a agroindustrialização?

Deve-se compreender “três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar)”¹⁰ quando se fala em agricultura familiar. Logo, alguma família em condição arrendatária mesmo que escolha a gestão da terra, não deveria ser inserida na categoria de agricultura familiar. Outra que detém a propriedade mas assalaria familiares ou trabalhadores rurais aleatórios da mesma forma não comporia essa definição. Portanto, a composição e situação da agricultura familiar catarinense do oeste ou meio-oeste reclamam explicações mais minuciosas e acuradas. Enquanto isso, ela vem se configurando em múltiplas e imprecisas formas “a exploração familiar é a ponta-de-lança do desenvolvimento da

⁸ Ibidem, p. 103.

⁹ ESPÍNDOLA, Carlos José. *As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia*. Chapecó, Grifos, 1999. p. 21.

¹⁰ STROPASOLAS, Valmir Luiz. *O mundo rural no horizonte dos jovens*. Florianópolis, Editora da UFSC, 2006. p. 115.



agricultura e de sua integração na economia de mercado” e “entre outras, permanece arcaica e fundada essencialmente sobre a economia de subsistência”¹¹.

Pode-se inferir desse processo e deste conceito que tais produtores e produtoras detém a princípio os meios de produção, o controle dessas mediações com a natureza e são donos legítimos da sua propriedade, logo são conhecedores e sujeitos do processo de rebolar da produção para com a terra e os animais. Assim, para colocarmos os produtores rurais que fornecem matéria-prima para a Sadia e para a Copérdia, como agricultores familiares, sem resvalarmos por hipotéticas falácias estaduais, deve-se fazer uma investigação mais micro, se o conceito para avaliação é aquele. Ficará para uma outra avaliação.

Então, foge da precisão se alguns agricultores/produtores adquiriram mais propriedades ou alargaram a sua para aumento de produção e também se adicionaram agregados ou assalariados no trabalho agropecuário, muito pelo fato de que “as atividades agrícolas não possuem a mesma intensidade durante o ano todo e é só nos períodos de pico que se pagam ajudantes”¹². Todavia, longe de sensações trêmulas e só esboçadas, muitos agricultores inseriram-se no mercado capitalista através do aumento da produtividade das granjas, campos e chiqueiros, especializando-se em matéria-prima: suínos, aves, trigo ou milho, embora sem necessariamente deixarem de produzir alimentos para o consumo próprio ou familiar.

Essa evolução debate-se com o desenrolar da modernização do campo. Casando-se com a construção de frigoríficos, com grandes silos (armazém de grãos), com vultuosos moinhos e a canalização das matérias-prima, a agricultura de base (início) familiar vem ganhando novos contornos de possibilidades e de exclusões, ascensão social e impaludismo rural. Para estruturar estas indicações, cabe discorrer acerca de algumas substâncias deste novo espaço rural. O processo sofisticador tem sido resultado e causa de três afluentes: as projeções de fomento/desenvolvimento do capital pela Copérdia e Sadia, canais institucionais estatais no conforto de dar suporte à atividade agropecuária e, de certa forma a aceitabilidade dos agricultores. Nesse entendimento, esta aceitabilidade não aparece como um processo coercitivo empresarial, pelo menos de início, se assimilada na circunstância de donos da terra, dos meios de produção, da produção. Todavia, outras forças podem imantizá-los diante dessa empreitada. Talvez se possa sugerir: buscar ascensão social conjuntural (aquela que não

¹¹ Ibidem, p. 113.

¹² PAULILO, Maria Ignez Silveira. Produtor e agroindústria: consensos e dissensos – o caso de Santa Catarina. Florianópolis, Editora da UFSC, 1990. p. 23.



parte duma vontade imanente) , certa autonomia diante da natureza, remuneração adicional e apresentarem-se de alguma forma envolvidos numa história do comércio.

Como alerta para pesquisas e tentando traçar alguns nós , a “agricultura familiar não pode ser vista como um bloco hegemônico”¹³, portanto, além das indagações já grafadas a respeito da nebulosa composição social, os itens como tamanho de propriedade e produtividade, que historicamente vem compondo esta vida rural, não devem ser compreendidos como sublime virtude, tanto daqueles que se integram ou se tornam cooperados como dos não incluídos, enquanto para ambos supõe-se existir degraus internos e provavelmente movem-se pelas suas histórias peculiares e por conjunturas amplas.

O carregamento de matéria-prima, sobretudo suínos, desde os idos daqueles pioneiros colonos, vagueando pelos intermediadores das grandes casas comerciais e depois para os abatedouros do frigorífico Sadia em Concórdia a partir de 1944, mantinha-se irregular, inconstante, demasiadamente gorduroso e incompatível com os fabulosos projetos desta incipiente indústria. Tal demanda delineou-se excitada pela crescente urbanização e alto consumo nos arrabaldes de São Paulo e Rio de Janeiro em meados da década de 50.

Nesta escadaria do capital, entrevendo-se nas nuvens de 1950, “a Sadia Concórdia S.A vincula [alguns]produtores familiares (fornecedores de suínos) [numa primeira decisão], via contrato oral ao chamado *Sistema de Integração*, que pactua normas zootécnicas, de sanidade entre outras”¹⁴ com o objetivo de garantir cadência na aquisição destas matérias-primas. A razão deste mecanismo não se explica, pois, não mais que simplesmente basta percorrer a divisão de frios e congelados dum mini ou hipermercado e dar uma olhadela inequívoca. Ah, para enfatizar a não naturalidade desse dispositivo:

a adoção do sistema de integração faz parte do projeto modernizante da agricultura brasileira, com o objetivo explícito do aumento da produção e da produtividade agrícola; do estabelecimento de novas relações de produção e da dissolução da estrutura auto-suficiente, mediante a utilização de métodos, técnicas, equipamentos e insumos modernos, isto é, do aumento considerável da composição orgânica do capital¹⁵

Entendido como um simples processo de comunicação num primeiro instante, o Fomento Sadia (uma espécie de estatuto que vem otimizar o sistema de integração) “era

¹³ (STROPASOLAS, 2005, p. 117)

¹⁴ (ALVES, 1999, p. 01)

¹⁵ (ESPÍNDOLA, 1999, p. 104)



realizado com o auxílio dos assistentes técnicos que, em reunião nas comunidades rurais, distribuía folhetos com informações sobre a atividade suinícola”¹⁶, até ocuparem-se com “construção de instalações, manejo adequado, cuidados sanitários, melhoramento genético, rações e concentrados recomendados”¹⁷. Contudo, a intimação social da integradora desembrulha-se em:

encaminhar propostas para financiamentos bancários por intermédio dos técnicos da Sadia, sem despesas para o criador; [também] efetivar contratos com construtores e obter orientações sobre as construções [acima de tudo chiqueiros e depois aviários], por intermédio do técnico que os assiste; viabilizar toda a assistência técnica e veterinária para a criação de suínos; obter reprodutores para os plantéis de suínos a preços de custo e com prazos de até um ano de pagamento; obter rações necessárias para a criação, com pagamento na entrega dos animais; adquirir, a preços de custo, mudas de árvores frutíferas e para reflorestamento e adquirir sementes certificadas de milho a preços de custo com pagamentos em suínos¹⁸.

O que se verifica, o que sugere esta reclamação, é um condicionamento exclusivista/monopolizador com a empresa integradora. São relações que permeiam toda cadeia produtiva, contudo, destinariam o produtor/criador à prostração diante dos dispositivos de controle e submissão, sitiando-o? Além de ser um equívoco considerar apenas essa algema de força, já que talvez este monopólio do ciclo formaria um custo/lucro retumbante para a empresa, “mesmo a *perda de autonomia* é relativa” pois “ela atinge somente a produção da matéria-prima” comprada e “controlada pela agroindustrial, a qual nem sempre é o produto principal e jamais o único”¹⁹ produzido pelos agricultores. Vestígios que podem descortinar um cotidiano rico de relações que escapam as conhecidas presilhas. Para além desses estímulos, este sistema arterial foi “disseminado graças ao governo do Estado (Secretaria da Agricultura, ACARESC [Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina], prefeituras e demais empresas agroindustriais) depois de 1960” no sentido amplamente paternalista que proporcionava catálise ao gigantismo de algumas agroindústrias, sobremaneira à Sadia²⁰.

Mesmo que os produtores/criadores integrados já fossem ora engaiolados pelos mecanismos das agroindústrias já explicitados na cadeia produtiva, outrora vinculados às instituições governamentais e seus programas de modernização do campo ou amalgamados

¹⁶ (ALVES, 1999, p. 10)

¹⁷ (ALVES, 1999, p. 05)

¹⁸ ALVES, Rosângela Costa. A comunicação entre integradora e integrados: o caso da agroindústria suinícola no meio-oeste catarinense. Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa (Magister Scientiae), Viçosa, 1999. p. 12-13.

¹⁹ PAULILO, Op. cit, p. 20.

²⁰ (ESPÍNDOLA, 1999, p. 103)



por ambas, e mesmo redundando ao avesso nas formas de redes sociais que lhes permitissem escapar dessas ventosas, a comunicação com os técnicos servia para lembrar-lhes que:

o produtor deve ter lealdade para com a empresa que lhe fornece as condições de produção, comprometendo-se a entregar o seu produto [matéria-prima, acima de tudo suínos e aves] unicamente àquela empresa, mesmo que outra esteja classificando melhor seu produto²¹

Com objetivo de compreender um pouco melhor o *Sistema de Integração/Fomento Sadia*, pode-se deslocar pelo discurso oficial da Revista Integração/Edição Especial de 1994 da Fundação Atilio Fontana em festejos aos 50 anos da empresa. Através dele, pensava-se que:

Estava aberta, a partir daí,[do Fomento Sadia] para *um bom número* de pequenos proprietários do campo de Santa Catarina, a possibilidade de um *rendimento regular*, que dependia basicamente de seu *trabalho* e de sua capacidade de *seguir a risca as instruções da Sadia*. Bastava buscar matrizes e ração no frigorífico e vende-los [suínos terminados] para a empresa meses depois²² [Grifos meu]

Outro ingrediente que intrinca essa análise é o desconhecimento dos graus contratuais entre agroindústrias e produtores, pois perfila-se várias categorias de contratos: como tratos de integração, semi-integração ou de fornecimento²³. Por outro lado, o produtor tem concorrido a pensar variáveis em termos de não limitar-se a determinada especialidade, produzindo dessa maneira, conforme o tamanho da propriedade, tamanho da família, se há ou não assalariados e redes de sociabilidades, podendo assim, granjear insumos à produção destinada ao mercado, obter alguma renda a mais e continuar alimentando a família com a junção dessas fontes. Ainda assim, obviamente, somente há permanência e interesse da integradora, à medida que:

a adoção de contratos de produção é um dos meios pelos quais a agroindústria controla os preços das matérias-primas e tenta escapar os efeitos da concorrência. E pelo controle do processo de produção agrícola, as agroindústrias asseguram um suprimento contínuo em quantidade, qualidade e prazo de fornecimento previamente definido²⁴

²¹ ALVES, Op. cit, p. 16.

²² Fundação Atilio Fontana. *Revista Integração*. Edição Especial, 1994. p. 14.

²³ ALTMANN, Rubens. *A agricultura familiar e os contratos: reflexões sobre os contratos de integração, a concentração da produção e a seleção de produtores*. Florianópolis, Editora Pallotti, 1997, p. 16.

²⁴ (ALTMANN, 1997, p.17)



A Sadia tem investido e tem inflado como um império, que não obstaculiza-se pelas possibilidades da agroindustrialização ou como se diz agrobusiness. Embora é possível compreender a abordagem de Ady Vieira Filho sobre a construção histórica das raízes da Industrialização, onde aponta o endeusamento da administração inicialmente familiar desses grandes grupos e personifica a história da Sadia no epifenômeno Atílio Fontana, o autor lista-nos o diâmetro colossal da Sadia; ela controlava até 1986 a:

Sadia Agropastoril Catarinense Ltda, Sadia Agropastoril Paulista Ltda, Sadia Agropastoril Paranaense Ltda, Sadia Agropastoril Guatambu Ltda, Híbrido Agropastoril Ltda, Sadia Agropecuária S.A, Sadia Agropecuária Goiás S.A, Frigobrás – Cia Brás de Frigoríficos, Sadia Concórdia S.A, Sadia Avícola S.A, Sadia Joaçaba S.A, Moinho da Lapa S.A, Sadia Oeste S.A, Sadia Goiás S.A, Sadia Trading S.A, Sadia Comercial, Sadia Corretora Seguros, Sadia Processamento de Dados, Hotel Alvorada, Sadia Gráfica e Transbrasil S.A²⁵

Com o processo de atualização do campo, decisivamente em estado de façanha para alguns no meio-oeste catarinense, materializando-se na Sadia e no crescimento de algumas cooperativas como por exemplo a Copérdia, esta transformação – sobretudo nada além do capital e com variada flexão social - do campo tem recebido reflexões, de autores e autoras aqui utilizados, de caráter restritivo e desigual. Apesar disso, as retinas dos otimistas percebem uma fisionomia do campo no oeste catarinense enquanto processo incessante que:

reúne características do sistema original camponês (...) fundado em valores como a terra, o trabalho agrícola familiar e os alimentos como base da produção (...) combinado com a internalização da modernidade pela tecnificação, o acesso ao mercado, o consumo externo, a busca de ascensão social e dos direitos de cidadania²⁶

Diante deste aparente entrevero de acusações e salvas históricas, surge na proximidade do verão de 1967, a Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia Ltda, Copérdia²⁷. Pois bem, estudando um espaço rural do sul de Santa Catarina, já se perguntou: por que “apesar das críticas à integração, os entrevistados [aqueles que participaram da sua pesquisa] insistiam em se integrar e em defender a existência das agroindústrias”²⁸? Logo, relampeia-se intrigante pensar as razões dessa sensibilidade ao passo que “inúmeros trabalhos

²⁵ FILHO, Ady Vieira. As raízes da industrialização: grupos empresariais catarinenses – origem e evolução. Florianópolis, Editora do Autor, 1986. p. 144.

²⁶ (STROPASOLAS, 2005, p. 118)

²⁷ O Estatuto da constituição dessa sociedade em 1967 e a Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 03/12/1982, em qual a 1ª ordem do dia fora a alteração do Estatuto em vigor, foram documentos encontrados no Arquivo Público de Santa Catarina, em Florianópolis.

²⁸ (PAULILO, 1990, p. 20),



de pesquisas mostram que a maior parte do valor gerado pela produção agrícola familiar escapa aos seus controles, sendo apropriada pelos segmentos industriais”²⁹. Como já foi dito, vale procurar explicações na composição dos homens do campo e em suas condições históricas; ficará avante, outrora.

Puxa, o que a Copérdia contribui para este entendimento? A leitura do estatuto de 1967 e a remodelação expressa na Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 1982 indica como a Cooperativa pensava e tratava seus associados, também mostrando aspectos de um mundo social do qual ela faz parte e procura entrelaçar-se: uma espaço social aberto além do Sistema de Integração.

A Copérdia, desde 1967, “unindo as pessoas que se dedicam a agricultura e a pecuária na sua área de atuação”, nasce com a proposta e esperança de “comprar em comum artigos necessários às suas culturas” para granjear, por exemplo, feijão, milho, trigo, suínos entre outras, desse modo se ajustando em “padronizar e vender a sua produção e promover a mais ampla defesa dos seus interesses econômicos”³⁰. O interesse é mercantil.

Justapondo-se à organizacidae do Sistema de Integração/Fomento Sadia, esta cooperativa também “encarrega-se na aquisição de reprodutores de raça [matrizes] para melhoramento dos rebanhos de seus associados”³¹. Além dessa intervenção na cadeia produtiva, ela se propõe “realizar para seus associados operações de financiamento e empréstimos em estabelecimentos creditícios”³². Logo, nesse mexerico similiar ao da Sadia, a cooperativa tem tido uma participação incisiva no âmbito da cadeia de produção e relação com os colonos.

A Copérdia se desabrocha e seu êxito se apresenta na idéia e materialidade da modificação do seu Estatuto, marcada para a Assembléia Geral Extraordinária em 1982, anunciando-a “através de afixação em locais comentes visitados e frequentados pelos associados, tais como Filiais da Copérdia, armazéns, silos, Sindicatos Rurais e nas reuniões dos Comitês Educativos”, na qual “a alteração do Estatuto” será objeto de discussão devido ao “crescimento da própria Cooperativa, necessitando assim de ampliação das suas atividades”³³.

Coagulando-se como sociedade produtiva, venderia-se então, decorridos 15 anos, “em comum a produção industrial nos mercados locais, nacionais e internacionais”³⁴. Para isso, de

²⁹ STROPASOLAS, Op cit, p. 116.

³⁰ Estatuto de Constituição da Copérdia (Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia), Cap III, Art 11, 1967.

³¹ Idem, Cap III, Art 15, 1967.

³² Idem, Cap III, Art 13, 1967.

³³ Ata da Assembléia Extraordinária em 1982, p. 01.

³⁴ Idem, Cap. II Art. 2, Item III.



maneira recíproca “poderá a Cooperativa adquirir produtos de não associados agricultores e pecuaristas, para completar lotes destinados ao cumprimento de contratos ou para suprir a capacidade ociosa de industrialização”³⁵, rodando assim um novo ritmo renovável ainda maior no mercado de capital e abraçando brechas do campo.

Além disso, somente “poderá ingressar na Cooperativa qualquer pessoa, física ou jurídica, que se dedique à atividade agrícola, pecuária e/ou extrativa, por conta própria, em imóvel de sua propriedade, ou ocupado por processo legítimo”³⁶. Em comparação com o Estatuto da constituição da Cooperativa em 1967, a inserção da prática ‘extrativa’ e a dedução de incorporação, talvez aceitação de arrendatários sugerida da exclamação (em imóvel ocupado) por ‘processo legítimo’, ambas de 1982, a cooperativa expande sua área de produção tanto social como de mercadorias.

Refletindo! Qualquer caso desses que “não tenha entregue sua produção à Cooperativa e não tenha com ela operado com repasse e compra de insumo para a lavoura e a produção animal no ano anterior”³⁷ muito provavelmente seria excluído das condições que a modernização do campo exige e dá ao produtor.

Num lado, tem-se um ritmo dum novo tempo, duma produtividade revigorada. Num outro, intensifica-se um processo alienante indissociável, mesmo muitas vezes no cerne de proprietários, que talvez não são os trabalhadores: é o capital circulando nas picadas de chão batido, movendo a economia através dos esperançosos financiamentos. Enfim, é um caldo que ganha sabor igual do Sistema de Integração e do Sistema de Associado/Cooperado.

Entretanto, de qualquer maneira, algumas indicações teóricas dessemelhantes emergem da cooperativa. No plano das idéias, esses agricultores vinculados à cooperativa podem “votar e ser votado para membro do Conselho de Administração ou de Fiscalização da Sociedade” ou “ser eleito para qualquer cargo da Diretoria”³⁸ em 1967. Ou, ainda mais, o “associado pode inspecionar na Sede Social os livros de Atas das Assembléias Gerais ou de deliberações da Diretoria, a lista nominativa dos associados, o livro de matrícula, o balanço anual com as contas que o acompanha”³⁹. Aliás, se vai além, eles podem gritar e “tomar parte nas Assembléias Gerais, discutir e votar os assuntos nelas tratados” e também “se demitirem”⁴⁰. Essa possibilidade em demasia se revela como um direito, como um se, e devido a algumas circunstâncias pode inclinar-se a uma não prática corriqueira ou recorrente

³⁵ Idem, Cap II, Art 2, Item 7, 1982.

³⁶ Idem, Cap III, art 3, 1982.

³⁷ Idem, Cap III, Art, 5, Item III, 1982.

³⁸ Ata de Constituição, Cap III, Art 5 e Cap VII, 1967.

³⁹ Idem, 1967, Cap IV, Art 19, 1967.

⁴⁰ Idem, 1967, Cap IV, Art 19, 1967.



entre os cooperados: talvez alguns são frugais, outros iletrados para tal investigação interna, há uma elite rural no comando das cooperativas...? Mas se eles agiam assim de fato, essa participação plural provavelmente não vai encarar a trajetória e a meta da cooperativa, que antes de tudo, parece-nos pelas evidências que são perseveranças capitalistas.

Pois, ... em sussurros do alvorecer se realizou uma Assembléia Geral Extraordinária no dia três de dezembro de 1982 com principal objetivo: “ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA”, da qual se desenharam alguns pontos acima. Esta reunião somente foi iniciada “em terceira convocação”, aonde, paradoxalmente, “dos 6.217 associados” não mais que “510 associados” compareceram, sendo que o “Edital de Convocação” fora “divulgado (...)” em múltiplos locais conforme já narrado antes. Por fim, que mundo rural é esse! Ele se conforma como um mundo nem tão urbano sem políticos tradicionais com política, uma modernice despreocupada? Opa, ruralidade excêntrica.

Com secas e enxurradas, em prados ou planaltos, a história dos agricultores e agricultoras nesse caso é o desdobramento de um mundo nada menos bem mais que coacervado e que não pára.

FONTES:

Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada dia 03/12/1982.

ALTMANN, Rubens. A agricultura familiar e os contratos: reflexões sobre os contratos de integração, a concentração da produção e a seleção de produtores. Florianópolis, Editora Pallotti, 1997.

ALVES, Rosângela Costa. A comunicação entre integradora e integrados: o caso da agroindústria suinícola no meio-oeste catarinense. Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa (Magister Scientiae), Viçosa, 1999.

ESPÍNDOLA, Carlos José. As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia. Chapecó, Grifos, 1999.

Estatutos constitutivo da Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia LTDA de 1967.

FERREIRA, Antenor Geraldo Zanetti. Concórdia: O rastro de sua história. Concórdia. Fundação Municipal de Cultura, 1992.

FILHO, Ady Vieira. As raízes da industrialização: grupos empresariais catarinenses – origem e evolução. Florianópolis, Editora do Autor, 1986.

Fundação Atilio Fontana. Revista Integração. Edição Especial, 1994.



MACHADO, Paulo Pinheiro. Lideranças do contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas, Editora da Unicamp, 2004.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Produtor e agroindústria: consensos e dissensos – o caso de Santa Catarina. Florianópolis, Editora da UFSC, 1990.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. O mundo rural no horizonte dos jovens. Florianópolis, Editora da UFSC, 2006.

